

Negócio hortícola carece de modernização e políticas públicas

PAULO SOARES/USP/ESALQ



Anita de Souza Dias Gutierrez*

O tamanho do negócio agrícola das frutas e hortaliças frescas surpreende, quando o comparamos ao de outras cadeias da base agrícola. Seu valor de produção cresceu de R\$ 6,33 bilhões, em 1996, para 14,96 bilhões, em 1998. Em 1996, as frutas e hortaliças foram responsáveis por 15,65% do valor total da produção agrícola brasileira, ao passo que os grãos e as oleaginosas responderam por 26,74%. Já em 1998, as frutas e hortaliças passaram a representar 26,85% do valor total, enquanto que os grãos e oleaginosas ficaram em 25,11%. Dados do Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo mostraram um aumento de 16% no valor da produção das frutas e hortaliças frescas no Estado de São Paulo, no período que vai de 2001 a 2005.

Com exceção de alguns produtos – como a laranja, o caju, a goiaba e o tomate –, os fruticultores e olericultores brasileiros produzem basicamente para o mercado in natura interno. Apenas 2% da produção são exportados, embora a exportação seja um excelente instrumento de modernização, uma vez que os produtos têm que atender às exigências dos importadores, o que acaba tendo reflexos também na qualidade ofertada ao mercado interno. A diversidade no comércio de frutas e hortaliças é crescente, já que freqüentemente surgem novas variedades, novas embalagens e novas formas de apresentação, resultado de esforços para a diferenciação dos produtos feitos pelos produtores e pelas empresas de “antes da porteira”.

As frutas e hortaliças frescas constituem ainda um meio de sobrevivência digna para o pequeno e médio produtor e/ou varejista, além de fatura de empregos e um grande número de novos bons negócios. Elas costumam ser associadas à saúde, à prevenção de doenças e à natureza, sendo associadas também a imagens que remetem aos prazeres do paladar, como sabor e frescor. Parece paradoxal, portanto, que, juntamente com o aumento da produção, tenha havido redução no consumo domiciliar per capita de frutas e de hortaliças nos últimos anos. Os dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE mostram uma queda consistente do consumo de frutas e hortaliças frescas. O consumo per capita de frutas, que em



Melancias: produtos que, como a maior parte da fruticultura e olericultura brasileira, atendem basicamente ao mercado in natura interno

1987 foi 45,53 kg, em 1996 passou a 40,40 kg e, em 2002, a 24,49 kg.

O consumo domiciliar de frutas do brasileiro encolheu 46%, quando comparamos 1987 e 2002. Para as hortaliças, a situação não é diferente: em 1987, o consumo per capita de hortaliças foi 47,98 kg, em 1996, passou a 34,42 kg e, em 2002, a 29 kg. O consumo domiciliar de hortaliças encolheu 40%, quando comparamos 1987 e 2002. Assim também, o consumo per capita total de alimentos no domicílio, levantado pelo IBGE, diminuiu entre 1987 e 1996 e voltou ao mesmo patamar anterior em 2002: foi de 377 kg em 1987, de 340 kg em 1996 e voltou a 378 kg em 2002. A participação das frutas frescas no consumo total de alimentos caiu de 12%, em 1987, para 6%, em 2002, e a das hortaliças frescas caiu de 13% para 8%.

O crescimento das grandes metrópoles levou a um distanciamento crescente entre o consumidor e a agricultura. A maior parte dos consumidores (com menos de 40 anos de idade) nunca colheu um fruto no pé e a ignorância desse grupo a respeito das frutas e hortaliças frescas é bastante grande. Não existe nem nostalgia por um produto saboroso. A má qualidade das frutas e hortaliças, a dificuldade de acesso a produtos de boa qualidade, a colheita de frutas imaturas e mais firmes, para garantir maior tempo de prateleira, a competição com produtos industrializados (mais confiáveis), a inexistência de apoio ao comprador e ao varejista, assim como de serviços de alimentação, como os feitos com produtos industrializados, estão entre as razões desse reduzido consumo.

A produção de frutas e hortaliças para o mercado in natura é totalmente diferente da produção dos outros produtos agrícolas para a indústria. A indústria estabelece exigências de qualidade, prazos de entrega, volume e preço para a matéria-prima que vai receber. Pesquisa o mercado, desenvolve novos produtos e novas embalagens, realiza campanhas de promoção, ven-

de, faz promoções no local de venda, briga por espaços nas gôndolas, orienta o varejo na venda do produto, garante a qualidade e o fornecimento. É, enfim, o elo coordenador da cadeia e o agricultor é seu fornecedor de matéria prima. Na cadeia de produção de frutas e hortaliças frescas, não existe um elo coordenador. O produtor é pequeno e especializado: é o fabricante do produto, o responsável por sua qualidade e segurança. A produção é fragmentada e sazonal.

O produto é perecível, pois continua vivo depois de colhido e com metabolismo intenso. Está pronto para o consumo no momento da sua colheita. A qualidade é feita na roça. Todos os esforços pós-colheita visam apenas preservar a qualidade obtida na colheita. Fruta boa e saborosa deve ser colhida madura, pois é mais macia e menos resistente a pancadas. Hortaliça boa e saborosa deve ser colhida tenra, pois perde água e frescor rapidamente e tem menor tempo de prateleira. O sucesso da pós-colheita exige articulação entre todos os elos da cadeia, pois todos os esforços do produtor podem ser facilmente destruídos pelo manuseio errado na colheita, na pós-colheita ou em qualquer elo da cadeia. A falta de elemento coordenador da cadeia, associada à ausência de políticas públicas para o setor, torna o processo de comercialização nesse segmento um "salve-se quem puder".

O varejo e o serviço de alimentação precisam de uma grande variedade de produtos todos os dias. Um pouco de cada, sempre frescos, bonitos, saborosos e baratos. Os pequenos varejos levam entre duas e cinco caixas de cada produto por compra, cinco vezes por semana. É a logística do pequeno volume, do produto fresco perecível, da especialização na produção e da mistura de produtos no consumo, para o que a existência das Ceasas é absolutamente imprescindível. A logística

atual pode ser descrita por pancadas e trancos, pela carga e descarga, caixa por caixa, à mão; pela não-paletização e não-mecanização das cargas e descargas, em todos os elos da cadeia de produção. A maior parte da podridão de frutas e hortaliças frescas, principal razão das perdas, é ocasionada por microorganismos oportunistas que só penetram no produto por meio de ferimentos causados durante o manuseio, na colheita e na pós-colheita.

Portanto, o esforço pela melhoria da qualidade do produto e pela modernização de um elo da cadeia é destruído no elo subsequente. O esforço de melhoria se perde e é até punido, quando se considera o custo da melhoria. Como fica claro pela análise das estatísticas sobre consumo, é a própria sobrevivência saudável do setor de produção e comércio de frutas e hortaliças que está em jogo. Nesse mundo de competição crescente, a sobrevivência exige que sejam criados instrumentos de modernização, por meio de políticas públicas de médio e longo prazos, implantadas pela articulação de todos os elos da cadeia de produção e que garantam a premiação do bom produtor, além de um produto saboroso e seguro para o consumidor.

Medidas de longo prazo têm por escopo criar mecanismos para modernizar a cadeia hortícola, institucionalizados através de instrumentos legais, como:

- I. Implantação de instrumentos de garantia de comércio justo, por meio de um sistema de regras comerciais específicas para o setor, semelhante ao Perishable Agricultural Commodities Act (Paca) e ao Fair Trade Guidelines dos Estados Unidos. A principal finalidade dessas medidas é estabelecer um sistema de arbitragem comercial que exija regras claras de responsabilidade e direitos para cada elo da cadeia. A operacionalização da arbitragem impõe a adoção das normas de classificação e outras medidas de

ajuste interno por todos os elos da cadeia de produção.

2. Organização dos produtores em comitês de defesa por produto, responsáveis pela coordenação das cadeias de produção hortícola. Os comitês devem ser constituídos na forma de entidades público-privadas, com direção privada e poderes juridicamente estabelecidos, para viabilizar a organização do setor. As principais finalidades dessa medida são proporcionar ao segmento a coordenação de cada cadeia da produção hortícola, orientar a pesquisa para a direção correta, indicar a orientação correta das ações de defesa agropecuária e estabelecer a ação de *marketing* (no sentido amplo de preparação de um produto para o mercado, incluindo o estabelecimento de normas e padrões para toda a cadeia, propaganda e orientação ao consumidor).

Por sua vez, as medidas de curto prazo têm por finalidade criar mecanismos que apoiem, no campo prático, a melhoria do desempenho da cadeia hortícola, por meio de:

1. Implantação de um sistema de informação de mercado e de tecnologias dispo-


níveis, bases essenciais para a tomada de decisões corretas pelo produtor e por toda a cadeia de produção.

2. Implantação de barracões de classificação e comercialização nas regiões produtoras. Esses barracões são locais de concentração do produto que garantem a destinação de cada lote ao melhor nicho de mercado e permitem a adoção de métodos modernos de comercialização. A existência dessa rede de barracões de classificação e comercialização nas regiões produtoras garantirá também o crescimento sustentável das exportações.

3. Transformação das Ceasas em centros eficientes de consolidação e distribuição dos produtos e em centros de informação, desenvolvimento, capacitação, controle de qualidade e de apoio ao pequeno produtor, ao pequeno varejista e ao pequeno serviço de alimentação. Com isso, eliminam-se ou diminuem as atuais distorções em favor dos grandes, favorecendo a concorrência leal.

4. Incentivo à exportação, pois é mais fácil encontrar, a custos realistas e competitivos, produtos com qualidade para exportação, em uma

cadeia adequadamente coordenada; é também mais fácil intensificar os esforços da Agência de Promoção de Exportações (Apex) na promoção do produto nacional no exterior com a participação dos comitês de defesa por produto.

Sem a criação desses instrumentos de modernização, esforços como o do Programa Brasileiro para a Modernização da Horticultura, que objetivam o desenvolvimento e a adoção de normas de classificação, instrumento de garantia do comércio justo e da produção integrada de frutas (PIF) e de implantação de boas práticas agrícolas, ambientais e sociais não prosperarão. O mais importante, entre os instrumentos de modernização, é a criação dos comitês de defesa por produto. É o único caminho para se proporcionar a coordenação em cada cadeia de produção hortícola. 

**Anita de Souza Dias Gutierrez é coordenadora do Centro de Qualidade em Horticultura da Ceagesp de São Paulo (adias@ceagesp.gov.br).*

Colorímetro Portátil de Reflectância CR-400/410

PORTÁTIL! O cabeçote de medição pode ser destacado do processador de dados e utilizado diretamente no campo, no momento da colheita.

Aplicações: no controle de qualidade de **ALIMENTOS** (polpa de tomate, frutas, chocolates, etc).

EXCLUSIVIDADE:



Consulte outros equipamentos:

www.tecnialab.com.br / vendas@tecnialab.com.br
Fone: 55 (19) 2105-6161



CR-400/410 e Processador



SPAD502 Clorofilômetro



KONICA MINOLTA